

O PERIGO DE TRANSFORMAR A CULTURA NUMA LINHA DE MONTAGEM

O debate em torno da cultura enquanto sector económico tem ganho relevo em Angola, frequentemente enquadrado no conceito de indústrias culturais. Reconhecer que determinadas expressões culturais podem gerar retorno financeiro para o Estado é legítimo e desejável (inclusive mediante o cumprimento das obrigações fiscais legalmente previstas). Contudo, no panorama angolano, a aplicação deste conceito exige cautela e uma abordagem completa, capaz de contemplar campos distintos.

Para tal é importante reconhecer que o universo artístico não é homogéneo. Se, por um lado, existem práticas culturais de natureza marcadamente comercial, com grande capacidade de mobilização de público e de fácil inserção no mercado (sobretudo no domínio do entretenimento), por outro, existem propostas de criação cuja lógica não passa pelo consumismo nem pela reprodução em série. Áreas como a dança teatral, a música erudita e intimista, o teatro, a ópera ou mesmo o cinema de autor, assentam num trabalho artístico e académico exigente, frequentemente colectivo, cujo impacto não se mede em bilheteiras esgotadas ou em indicadores de audiência, mas na contribuição para a elevação estética e para a transformação da sociedade. Este dado, cujo objectivo excede a mera visibilidade mediática, é fundamental em qualquer universo, assumindo particular importância nos países menos desenvolvidos.

Experiências em outras geografias demonstram que estas abordagens artísticas são enquadradas por políticas específicas de financiamento e reconhecimento. Companhias de dança, de teatro ou orquestras de referência mundial, contam com dezenas de entidades que acompanham e suportam orgulhosamente a sua actividade; falamos de mecenas, patrocinadores, fundações, filantropos e até círculos de apoio. Esta articulação entre criação artística e responsabilidade social é, nestas sociedades, entendida como um investimento no progresso social.

Assim sendo, é essencial que, usando a sensibilidade e o conhecimento, se crie um espaço no actual pensamento mercantilista onde se distingam dois campos que, pela sua natureza, possuem sentidos distintos; se a indústria pressupõe reprodução massiva e lucros calculados; a criação de autor pressupõe originalidade, investigação e risco. Confundir estes dois planos pode gerar um discurso incompleto que exclui aqueles artistas que não se movem segundo lógicas industriais, que não enchem estádios e que não produzem conteúdos de fruição imediata, mas que questionam, provocam, estimulam o pensamento e acrescentam conhecimento.

Tal como, na construção civil, não se confunde o engenheiro com o operário, também não se aplica ao artista um termo herdado do contexto industrial. Essa equiparação anula a autoria e a dimensão subjectiva da arte, reduzindo o criador a mero executor (fazedor) e a arte a emprego ou mercadoria. Cada artista têm a sua profissão com identidade e designação próprias das quais legitimamente se orgulha.

Existem estruturas profissionais, compostas por artistas com formação especializada, que exercem a sua actividade de forma contínua, organizada e criativa. A CDC Angola é um exemplo paradigmático: ao longo de mais de três décadas de actividade, tem mantido uma

actividade artística regular, formado públicos, representado o país no estrangeiro e, como qualquer entidade profissional, cumpre obrigações fiscais, contribuindo directamente para as receitas do Estado.

Apesar disso, o sistema cultural angolano tem revelado pouca capacidade de valorizar e integrar estes artistas de profissão (e formação), cuja prática não se enquadra, por isso mesmo, em modelos comerciais. Em vez de se reconhecer o seu papel estratégico para o progresso do país, tende-se a ignorá-los e a confrontá-los com critérios pensados para sectores de entretenimento, o que resulta em decisões desajustadas.



Imagem gerada por IA

Sem uma aposta consistente na formação, na exigência e na educação cultural da sociedade, a priorização da rentabilidade poderá fragilizar o campo artístico, reforçando o amadorismo, condicionando o gosto do público e continuando a adiar a consolidação do profissionalismo. Cada país encerra uma realidade própria e Angola deve, necessariamente, adaptar à sua realidade as experiências vividas em outros países, sob pena de ignorar as fragilidades existentes e comprometer o desenvolvimento cultural a longo prazo. A aplicação indiscriminada de uma lógica mercantil a todo o universo artístico conduz ao empobrecimento estético e ao esvaziamento simbólico, restando apenas um circuito de repetição, consumo imediato e descarte; sem ideias e sem rasto.

Mesmo nas sociedades mais estruturadas – com uma rede de museus que atrai milhares de visitantes, ofertas de espectáculos dos mais variados estilos e géneros, cinemas e galerias de exposições permanentemente abertas e activas –, existe um enquadramento legal específico para a remuneração dos chamados trabalhadores intermitentes (artistas e técnicos do espectáculo). Este regime de protecção, parte do reconhecimento de que certas práticas artísticas, embora não comerciais, são essenciais para a consolidação de

uma consciência cultural da sociedade. Não se trata de privilegiar, mas de reconhecer a especificidade do trabalho artístico, o que justifica a existência de instrumentos como a Lei do Mecenato, destinados a permitir que a produção artística que não se encaixa nas leis de mercado continue a cumprir a sua função social.

Assim, o conceito de indústrias culturais exige discernimento, aplicando-se sobretudo à música comercial, ao cinema de grandes audiências e ao artesanato, sectores que podem subsistir pela lógica de mercado, enquanto as restantes linguagens artísticas e os artistas independentes (não orientados para o entretenimento de massas e, por isso, não contemplados por esse discurso) requerem programas de apoio específicos; não por assistencialismo, mas por serem precisamente esses criadores, que contribuem de forma decisiva para o crescimento intelectual da sociedade, para a construção do pensamento crítico e para a edificação de um legado cultural duradouro.

É essa eminência da redução da arte a mercadoria que importa questionar sempre que se repete o discurso sonante e sedutor das indústrias culturais, sem análise e sem considerar o outro lado da questão, esquecendo que a arte vive da originalidade, da estética, da qualidade e, sobretudo, da reflexão.

Luanda, 03 de Fevereiro de 2026

Ana Clara Guerra-Marques
Coreógrafa e Investigadora